

## INTERPRETAÇÃO COMUNITÁRIA: UM MODELO DE COMUNICAÇÃO “TRIALÓGICA”

### *L'INTERPRETATION COMMUNAUTAIRE : UN MODELE DE COMMUNICATION 'TRIALOGIQUE''*

### *COMMUNITY INTERPRETING: A TRIALOGIC COMMUNICATION*



Aurelia KLIMKIEWICZ  
Professora Associada  
York University  
Toronto, Ontario, Canada

<http://www.glendon.yorku.ca/faculty-profile-details/?currentuserid=114>  
aklim@yorku.ca

Traduzido por<sup>1</sup>:

Sabine GOROVITZ  
Professora Associada  
Universidade de Brasília  
Instituto de Letras

Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução  
Brasília, Distrito Federal, Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/1128682155965179>  
<https://orcid.org/0000-0001-5148-7785>  
sabinegz@gmail.com

Suely Ferreira de CARVALHO  
Bacharel em Letras/Tradução - Francês  
Universidade de Brasília  
Instituto de Letras  
Brasília, Distrito Federal, Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/5705985872976901>  
<https://orcid.org/0000-0002-2976-582X>  
sue lycar@gmail.com

1

**Resumo:** Trata-se de uma reflexão sobre a interpretação comunitária, em especial o que concerne a relação existente entre o profissional, o cliente, e o intérprete durante um intercâmbio intercultural. Assimétrico, esse tipo de intervenção gera vários níveis de dificuldades (língua, cultura, código moral, poder). Utilizando o conceito de terceiro de Mikhail Bakhtin, o objetivo é introduzir uma discussão sobre os fatores humanos que entram em jogo durante uma entrevista, quando o intérprete corre o risco de obedecer à sua consciência ou sentimentos em vez de normas profissionais e sociais.

**Palavras-chave:** Interpretação comunitária. Comunicação intercultural. Terceiro. Trialógico.

**Résumé :** *Il sera question de réfléchir sur l'interprétation communautaire, particulièrement sur les rapports qui existent entre le professionnel, le client et l'interprète lors d'un échange interculturel. Asymétrique, ce type d'intervention génère plusieurs niveaux de difficultés (langue, culture, code moral, pouvoir). En se servant du concept de tiers de Mikhail Bakhtine, il s'agira d'introduire une discussion sur les facteurs humains qui entrent en jeu lors d'une entrevue, au moment où l'interprète risque d'obéir à sa conscience ou à ses sentiments et non pas aux normes professionnelles et sociales.*

**Mots-clés :** *Interprétation communautaire. Communication interculturelle. Tiers. « Trialogue ».*

**Abstract:** *This article explores some aspects of community interpreting, particularly the relationship between the professional, the client, and the interpreter, when participating in an intercultural exchange. Being asymmetrical,*



Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

*This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.*

---

*this type of intervention generates many levels of difficulty (language, culture, moral code, power). Introducing Mikhail Bakhtin's concept of the third, we will discuss the human dimension of community interpreting, when the interpreter might obey his/her conscience and feelings rather than professional and social norms.*

**Keywords:** *Community interpreting. Intercultural communication. The third. Trialogue.*

**N**ormalmente a diferença entre tradução e interpretação é definida pelo meio utilizado (escrito/oral), assim como em função da situação de comunicação: na tradução, o processo ocorre na ausência do autor e do receptor, enquanto que na interpretação todos os participantes estão de fato presentes durante a interação. Enquanto a tradução abrange diferentes campos e línguas de especialidade, a interpretação é preferencialmente definida em termos de restrições temporais, bem como em função do espaço em que o processo ocorre: escola, hospital, presídio, delegacia de polícia, serviços de imigração ou jurídicos, campos de refugiados, etc.

Mas a divergência fundamental reside, pode-se dizer, em outro nível: ao reunir um profissional e seu cliente, o intérprete social participa de uma relação assimétrica do ponto de vista do poder e do saber. Como ele trabalha para estabelecer uma comunicação com vocação recíproca, ele deve se dedicar a um ato colaborativo — às vezes lançando mão de diplomacia, às vezes de inventividade, ou mesmo de astúcia —, que consiste em criar um espaço de entendimento para a satisfação de todos os atores do processo, para além da incompreensão mútua ou dos conflitos por vezes intransponíveis, que põem em risco o fluxo da fala.

Embora nos últimos dez anos a interpretação comunitária tenha se tornado cada vez mais popular nos círculos acadêmicos e profissionais — ao contrário da interpretação simultânea e da consecutiva —, ela ainda ocupa um lugar marginal nos programas de formação e aperfeiçoamento; e continua sendo uma profissão não regulamentada e pouco reconhecida. No entanto, é uma atividade profissional amplamente praticada em sociedades multiétnicas, uma atividade que se assemelha a uma espécie de laboratório que permite observar os diversos contextos de comunicação intercultural e comportamentos humanos e institucionais resultantes de divergências culturais, sociais, econômicas e jurídicas. Muito frequentemente, essas características podem ensejar a desaceleração, o descarrilamento ou até mesmo o bloqueio da troca verbal.

O objetivo deste artigo é identificar o processo interpretativo, que parte de uma dinâmica assimétrica e caracteriza-se por uma natureza “trialógica”, já que envolve três atores — o cliente, o agente e o intérprete — que participam da troca verbal, ao mesmo tempo em que criam um espaço de comunicação intercultural ativo. Além das questões técnicas ou

---

estritamente focadas no aspecto profissional, parece pertinente abordar o componente humano que intervém no processo interpretativo. A interpretação comunitária representa um terreno particularmente propício à exploração dos sentimentos e das emoções que, nesse caso específico, irrompem e influenciam o curso da comunicação. Embora a transferência interlinguística possa ser facilmente ocultada em muitas situações — e a tradução etnocêntrica o atesta —, ela não pode absolutamente ser ignorada em um encontro face a face, baseado em certa reciprocidade.

Como especifica Daniel Gile, a interpretação de conferências consiste em substituir “um discurso de alto nível formal e conceitual em outra língua, em sua íntegra, e respeitando o mesmo nível do discurso” (Gile, 1995, p. 12, tradução nossa)<sup>2</sup>. Nesse caso, o intérprete não traduz um simples diálogo, mas um discurso formal, adequado a esse tipo de situação de comunicação (conferências, assembleias, reuniões oficiais, etc.). A mesma exigência é mantida, mesmo quando o registro do falante é inadequado: o intérprete tenderá instintivamente a antecipar as expectativas do público-alvo e a reduzir a distância entre o falante e o receptor, utilizando uma linguagem mais polida.

A interpretação comunitária, por sua vez, se inscreve em um lugar mais complexo, pois ela enseja uma comunicação altamente assimétrica entre o profissional e seu cliente, devido à hierarquização em diversos níveis:

- língua menor — língua maior;
- saber, competência — não-saber, ignorância;
- instituição — indivíduo;
- estruturas, leis, regulamentos — experiência, sentimentos.

Como regra geral, nesse tipo de intervenção, as relações de poder são quase palpáveis: se o profissional se empenha a traduzir (decodificar) o outro, enquanto autoridade em seu campo de atividade, o cliente/solicitante se sente constantemente obrigado a se traduzir, ou seja, a se explicar, a esclarecer certas informações, a dizer de si para se tornar acessível ao seu interlocutor. Como sujeito fora da história, o cliente chega a parecer uma espécie de bárbaro, expressando-se em uma língua totalmente incompreensível, às vezes incapaz de articular um discurso inteligível, ou de responder claramente às perguntas que lhe são feitas. Tais situações são particularmente frequentes durante entrevistas com imigrantes ilegais, nacionais de países com regimes totalitários ou que enfrentam eventos traumáticos (guerras, conflitos militares,

---

genocídios, etc.). Onomatopeias, gagueira, caretas, gestos pronunciados, postura, movimento corporal exagerado são muitas vezes sinais extralinguísticos que mostram o outro enquanto diferença radical, aquela que escapa à compreensão.

Há algo profundamente embaraçoso, até mesmo perturbador, na visibilidade do estrangeiro situado no centro do evento, encurralado — a palavra não é forte demais — entre o solicitante e o intérprete. É precisamente essa presença física inevitável do outro (seu corpo, sua voz, suas emoções) que destrói o famoso mito da transparência — condição utópica que procura eliminar obstáculos culturais e linguísticos, em nome de um sentido universal que transcende as diferenças; e isso com o objetivo de facilitar a comunicação ou a circulação do saber. Tradicionalmente, a tradução abriga e gera várias manifestações desse mito: a tradução fiel ao público de chegada — ou etnocêntrica — seria uma das encarnações mais difundidas desse mito, pois ela nivela as diferenças em favor do horizonte de expectativa do público-alvo. Da mesma forma, outros tipos de tradução, como a dublagem, que elimina a presença da outra língua; a interpretação simultânea, que distancia o intérprete do campo de visão; a localização, que visa uma mobilidade pura, sem obstáculos ou fronteiras; e a tradução automática, que descarta o sujeito tradutor, todas tendem a ocultar a passagem, a apagar a transferência interlinguística.

4

Por outro lado, tanto a tradução estrangeirizante quanto a legendagem e a interpretação comunitária introduzem regras do jogo que fundamentalmente desconstruem a ideia de transparência, ao mesmo tempo em que desafiam a comunicação universal. Em outras palavras, cada vez que a tradução se manifesta — seja pelo respeito à letra, seja pela inserção de legendas, ou devido à presença real do sujeito que traduz/interpreta — uma resistência a acompanha, seja da parte do receptor, do cliente ou de outro ator no processo.

É por isso que a interpretação comunitária representa um caso à parte, interessante a se estudar, já que o intérprete assume plenamente sua visibilidade, o que também contribui para o sucesso da comunicação<sup>3</sup>. É esse terceiro (intermediário, mediador, passador) que reduz a distância entre dois interlocutores — como, aliás, é o caso na interpretação simultânea e na consecutiva — e trabalha para criar outro espaço de comunicação, rompendo com a linearidade da transferência, de acordo com a linha unidirecional emissor-mensagem-receptor. O intérprete então encarna uma figura móvel, cuja palavra circula entre vários eixos dialógicos: agente (público) — cliente (fidelidade, neutralidade), agente — intérprete (comentário), intérprete — cliente (comentário), intérprete — sua própria consciência (valor agregado ao contexto da comunicação). Em outras palavras, seu trabalho consiste em negociar o sentido entre todos os

---

participantes do processo e não apenas transmitir o conteúdo informativo de uma língua a outra. No papel de si mesmo, o intérprete transfere o sentido; no papel de informante, ele comenta, explica, acrescenta informações; o intérprete também pode se impor como juiz ou testemunha que fala em nome de alguém ou que defende um valor (verdade, honestidade, lealdade, solidariedade, democracia, etc.). Mas o juiz ou testemunha pode ter ainda outra função: a de incorporar a palavra do interlocutor em seu próprio discurso, e assim ver a si mesmo através da opinião alheia.

É o conceito de “terceiro” de Mikhail Bakhtin que será usado para melhor apreender o papel do intérprete e seguir o caminho da palavra encapsulada em uma célula triangular, entre o profissional, o cliente e o intérprete. Em primeiro lugar, o “terceiro” questiona a epistemologia clássica que privilegia a relação de identidade entre o sujeito e o objeto, como se o acesso à realidade pudesse se dar de forma direta.

Confrontando as estruturas do pensamento assentadas na analogia, na síntese, no dualismo, na semelhança, na não contradição, na continuidade e na identidade, o “terceiro” desconstrói a lógica do mesmo que só pode conceber dois tipos de relação: seja a de fusão (você é como eu e vice-versa), seja a de oposição que exige que o outro permaneça em um exterior absoluto (você não é como eu, como nós, portanto, você está excluído). Outro ponto importante a ser levantado: o “terceiro” faz com que o trabalho do intérprete seja compreendido para além de seu papel estritamente profissional, enquadrado pela instituição<sup>4</sup>. Portanto, isso chama atenção para os fatores humanos que intervêm na comunicação intercultural.

Por razões metodológicas, excluímos de imediato a primeira categoria de terceiro, chamada de “posição do terceiro”, que Bakhtin expõe em *Problèmes du texte*, pois ela se restringe ao pensamento abstrato, fora da vida concreta:

Existe, no abstrato, a *posição do terceiro* que se identifica com a “posição objetiva”, e como tal com o “conhecimento científico”. A posição do terceiro justifica-se plenamente quando o indivíduo pode se colocar no lugar de outro indivíduo, quando os indivíduos são absolutamente intercambiáveis, o que é possível e justificado apenas nos casos em que se busca uma solução de problemas que não envolvam a pessoa em sua totalidade e não reprodutibilidade, ou seja, quando o homem se especializa, expressando apenas uma parte separada do seu todo, de sua pessoa, quando sua qualidade de “engenheiro”, de “físico”, etc., substituirá seu *eu* (Bakhtin, 1984, p. 364, tradução nossa)<sup>5</sup>.

---

Em linguística pragmática, essa categoria de supra destinatário desempenha o papel de um Outro que seria ao mesmo tempo um *par* e um *pai*, o duplo ideal do falante. Mas a relação com esse duplo irá variar dependendo da posição que se pensa ocupar na área, do *crédito* que se pensa ter nela, em razão de sua trajetória passada e de suas expectativas de carreira. Como o artigo científico não é um simples vetor de ideias, ele permite apoiar ou influenciar em certa direção a posição que se ocupa (Maingueneau, 1991, p. 194, tradução nossa)<sup>6</sup>.

Do ponto de vista hermenêutico, S. Fish explica a importância da comunidade interpretativa, que desempenha o papel normativo na recepção dos textos. Da mesma forma, a ciência precisa de coerência para se legitimar. Como constata Lyotard, “a verdade do enunciado e a competência do enunciador estão . . . sujeitas ao consentimento da coletividade dos iguais em competência” (Lyotard, 1979, p. 45, tradução nossa)<sup>7</sup>. A aparente objetividade científica é fruto de um trabalho crítico, que também veicula valores extracientíficos consideráveis, relacionados à tradição crítica. Na tradução e na interpretação, esse terceiro abrangente se manifesta tanto nas normas reguladoras da atividade profissional que negligencia o fator humano e se concentra mais propriamente na circulação eficaz da informação, quanto nas necessidades ou nos hábitos do receptor. Por ser um contexto de comunicação vasto, fragmentado e maleável, a interpretação comunitária força todos os participantes a forjarem um modelo de comunicação polifônico, aberto a outro tempo e outro espaço.

Além desse terceiro normativo no qual se dilui o subjetivo e que pertence ao pensamento abstrato, ao saber objetivado, outros tipos de terceiros são definidos por Bakhtin: aqueles que se manifestam na linguagem viva em que (1) o terceiro garante tanto a escuta de todos os participantes para depois testemunhar por cada um deles (o terceiro como destinatário distante), quanto (2) uma mediação no caso em que o diálogo é interrompido (o terceiro que é testemunha da distância, do conflito), ou ainda (3) um ponto de vista exterior à comunicação imediata (o terceiro como juiz e testemunha).

Parece-nos que as três categorias de terceiro que acabamos de mencionar lançam uma luz diferente sobre o processo interpretativo. Embora a transferência continue sendo uma preocupação central, as questões exclusivamente linguísticas ou éticas correm o risco de obscurecer toda a situação de interpretação, forçando todos os participantes a se ajustarem a cada situação. Se a instituição enquadra a conduta formal da intervenção, impondo um código de conduta pré-determinado às três partes (o agente, o cliente e o intérprete), como podem ser

---

capturados os momentos críticos do encontro, momentos que fazem com que a comunicação fique fora de controle, em razão do “excedente humano” incontrolável? Que importância deve ser dada a esse excedente? Como deve ser tratado? Como pode ser teorizado?<sup>8</sup>

Em primeiro lugar, o terceiro em sua dimensão humana não é uma predisposição antecipadamente de todo indivíduo; pelo contrário, é antes um estado de consciência profundamente marcado por um despertar para a diferença. Bakhtin concede essa posição ao personalista que “se distingue . . . por sua liberdade interior excepcional, sua perfeita independência do ambiente circundante”<sup>9</sup> e para quem a existência e o conhecimento estão situados em um espaço em movimento constantemente criado e recriado entre os interlocutores, que coexistem todos na consciência daquele ou daquela que então se torna uma personalidade. Pode-se acreditar que certos indivíduos são mais predispostos a assumir o papel de um terceiro: imigrantes, exilados, membros de uma diáspora, etc., pois pertencem a um universo heterogêneo e fragmentado. Contudo, isso não garante uma abertura de espírito em relação ao outro. O terceiro pode, de fato, ser assumido por um indivíduo que vive permanentemente em sua comunidade, mas que resiste à relação de fusão com seus semelhantes. Da mesma forma, o intérprete social manifesta diferentes comportamentos profissionais que podem ser motivados — para além das regras institucionais — por sentimentos em relação ao estrangeiro (medo, desprezo, compaixão, etc.), ou em relação à instituição (acordo ou desacordo).

7

1 – A primeira categoria de terceiro representa o poder de criação, a capacidade de se projetar no tempo ou em um lugar distante. Em *Le Problème du texte*, Bakhtin define o conceito da seguinte forma:

Um autor nunca pode se dedicar inteiramente a ele e devotar toda a sua produção verbal à única vontade absoluta e *definitiva* de destinatários atuais ou próximos (sabemos que mesmo os descendentes mais próximos podem estar errados), e ele sempre pressupõe (com maior ou menor consciência) alguma instância de compreensão responsiva que pode divergir em várias direções. Qualquer diálogo se dá, digamos, na presença do terceiro, invisível, dotado de uma compreensão responsiva, que se situa acima de todos os participantes do diálogo (os parceiros) . . . (Bakhtin, 1984, pp. 336–337, tradução nossa).<sup>10</sup>

Embora essa definição seja limitada ao texto literário ou filosófico, esse terceiro permanece válido onde o discurso se abre à diferença, a um horizonte inexplorado, onde cria

---

possíveis. Incarnando a superação de si, ele obriga a ver a situação de uma perspectiva para além do imediato. Aliás, esse é o papel do intérprete social: em muitos casos, ele deve inventar as estratégias de comunicação, ao mesmo tempo em que sensibiliza os participantes para realidades inéditas.

Variável, ilimitado, multidirecional, esse tipo de terceiro pressupõe uma infinidade de possibilidades imprevisíveis. Na literatura, por exemplo, um leitor contemporâneo de uma tragédia grega torna-se seu terceiro participante engajado nos eventos descritos, mas distanciado deles por pertencer a outra época e a um modo de pensar diferente daquele da Antiguidade. A interpretação comunitária, por sua vez, requer um esforço sustentado para superar os limites da comunicação recíproca, que ocorre em um âmbito mais móvel e mais fragmentado do que o habitual, devido à presença de várias entidades culturais e linguísticas. Cada passo adiante realmente aprimora a comunicação e ajuda a melhor conhecer o outro. Em algumas situações, o intérprete, por conta própria, fornece informações suplementares, buscando lançar uma luz sobre os fenômenos que o agente não compreende. Por exemplo, se uma criança russa — que acaba de chegar a Montreal, em um momento de mudanças políticas em seu país — apresenta um comportamento de criança que sofreu abuso, o intérprete pode chamar a atenção para possíveis causas, que não sejam a autoridade dos pais, para ajudar os agentes a desvendar certos distúrbios psicológicos, a examinar os sintomas mencionados e muitas vezes classificados precipitadamente, de acordo com os protocolos em vigor na sociedade de acolhimento. Em longo prazo, o profissional se tornará mais sensível, mais atento à escuta das vivências de seu cliente. E o cliente, por sua vez, instintivamente sentirá um esforço de colaboração — e não apenas o peso do julgamento — e será encorajado a se abrir mais. Frequentemente, são momentos verdadeiramente mágicos, que surgem na forma de um suspiro de alívio ou de um riso amigável, fazendo com que as barreiras desapareçam momentaneamente.

2 – Mas o terceiro pode ter outra função: abarcar vozes distintas, mesmo aquelas que são antagonicas e que se excluem mutuamente. Ao mesmo tempo, esse terceiro nunca pode se deixar encarcerar em um discurso fechado e monológico (lei, ordem). Bakhtin explica essa situação como “o contexto dialógico real . . . acessível, mas onde nenhum contato de sentido entre as réplicas é possível (ou imaginável). O nível zero da relação dialógica. É aqui que aparece claramente o ponto de vista do *terceiro* no diálogo (daquele que não participa do diálogo, mas que o *compreende*). A compreensão do todo do enunciado é sempre dialógica” (Bakhtin, p. 335, tradução nossa)<sup>11</sup>. E ainda: “compreender é, necessariamente, tornar-se o

---

*terceiro* no diálogo” (Bakhtin, p. 335)<sup>12</sup>. E a compreensão, vista da posição do terceiro, da exterioridade, tem uma dimensão ética, a da responsabilidade de escutar o outro ou de falar em seu nome, onde o outro é reduzido ao silêncio ou à gagueira.

Uma vez que esse terceiro visa forjar um espaço de entendimento durante um conflito, ele deve cavar uma passagem para alcançar o outro por meio de um valor humano: responsabilidade, compaixão, projeto comum, etc. É nesse tipo de situação que os meios de comunicação habituais se revelam deficientes ou inúteis, sendo que incumbe ao intérprete a responsabilidade de lutar para manter o diálogo. Basicamente, o trabalho consiste em mostrar que as diferenças são apenas aparentes, ilusórias e temporárias, e que existem pontos de junção, mesmo quando um dos interlocutores recua, hesita ou se refugia no silêncio.

3 – A última categoria de terceiro recai no próprio intérprete: por sempre acompanhar a diferença de muito perto, pelo esforço que faz para ouvi-la e compreendê-la, o intérprete trabalha sua própria consciência, que — pode-se dizer — se fragiliza em determinados momentos. Bakhtin explica a natureza do juiz e testemunha com as seguintes palavras:

um super-homem, um super-*eu*, ou seja, um juiz e testemunha de *todo* o homem (de todo o *eu*); e, por consequência, não mais um homem, um *eu*, mas o *outro*. Minha própria refração no outro empírico, pelo qual tenho que passar para desembocar no *eu-para-mim* (esse *eu-para-mim* pode ser solitário?). A absoluta liberdade desse *eu* (Bakhtin, “Les carnets”, p.357, tradução nossa)<sup>13</sup>.

9

Já em 1923–24, Bakhtin aborda nas *Notes de Poupjanskij* esse conceito então definido em termos de consciência religiosa, necessitando de uma terceira presença, de um juiz em potencial que avalia, pois essa consciência está aberta à reavaliação do exterior; de fato, ela é o oposto da consciência moral, autônoma, imanente e autoconsciente, que requer apenas dois participantes, já que o terceiro é assimilado: um que impõe os princípios morais e o outro que obedece. Nesse caso, a avaliação do eu, conclui Bakhtin, vem sempre do exterior (Bakhtin, 1992, p. 235), não é internalizada, incorporada no palavra-para-mim.

Mais tarde, ao estudar a obra de Dostoiévski, o autor define o fenômeno da palavra a partir de um olhar transversal que encarna o discurso sobre si mesmo, “determinado pela palavra pensada de um ‘estrangeiro’” (Bakhtine, 1970, p. 268, tradução nossa)<sup>14</sup>. De fato, a maioria dos heróis dostoiévskianos vive em constante confronto com a presença, o olhar e a fala do outro:

---

O herói se julga em função da ideia que ele faz do outro e da opinião sobre si que ele supõe que o outro tem dele. A autoconsciência é constantemente duplicada pela consciência que o outro tem dela. O “eu por mim mesmo” se refere constantemente ao “eu pelos outros”. É por isso que a palavra do herói sobre si se constrói sob a influência incessante da palavra do outro sobre ele (Bakhtin, p. 269, tradução nossa).<sup>15</sup>

Ele seria um ouvinte, como o próprio Dostoievski enfatiza no prefácio de sua nova *Douce*<sup>16</sup>: “Às vezes o homem fala consigo mesmo; às vezes ele fala com um ouvinte invisível, com um juiz”<sup>17</sup>.

O significado desse terceiro reside na obrigação de assumir o ser humano em sua dimensão existencial e moral, e não em sua dimensão psicológica ou instrumental. O juiz e testemunha ‘é’ outra consciência que fala sem realmente falar, que se expressa sem condenar, mas que atinge as profundezas da consciência individual sobre a qual ela tem o poder de agir. Em outras palavras, se situando no exterior, sem coincidir com o lugar de enunciação do(s) outro(s), o juiz e testemunha pressupõe a impossibilidade de uma compreensão total, sem resíduos, que corresponderia — em tradução e em interpretação — a uma transferência de sentido total ou absolutamente fiel. Por exemplo, um intérprete que trabalha em um campo de refugiados políticos pode questionar os valores democráticos ou a validade das instituições que eles representam: por um lado, testemunha da autoridade absoluta do Estado; por outro, de tantas situações críticas que têm um impacto imediato e irreversível na vida dos refugiados, ele corre o risco de perder sua neutralidade, exposto à presença tangível do outro, ao seu olhar às vezes suplicante, à sua dor, ao seu desespero ou à sua raiva.

Portanto, as três categorias de terceiro desempenham funções diferentes: (1) abrir-se para o discurso do outro, (2) criar um espaço de comunicação durante um conflito, (3) trabalhar a própria consciência. No campo da interpretação comunitária, o intérprete como terceiro faz as vozes falarem em sua pluralidade, suas diferenças e divergências, as do cliente e do agente social, que se encontram cara a cara. O respeito aos atores consiste em preservar um universo plurivocal que ambos representam, sem querer concluí-lo ou dar-lhe uma unidade coerente. Coincidir com o terceiro significa almejar o ultrapassar das fronteiras, não para englobar, excluir ou condenar o outro, mas para entrar em contato e dialogar com ele. E dialogar não significa criar um *nós* abrangente, uma soma total dos *eu*, mas criar um lugar adequado onde todos se empenham na busca do sentido. O terceiro não pressupõe tampouco a adesão a um

---

valor qualquer: pelo contrário, é o posicionamento, o ponto de vista que conta, confrontado com a resposta do interlocutor.

O que é peculiar para a interpretação comunitária é a incerteza com relação ao sentido. Em um encontro cara a cara, a língua certamente produz sentido, mas, para além desse sentido, o sensível se impõe e deve ser apreendido e interpretado. Além disso, cada encontro cria um evento único, imprevisível, às vezes impossível de controlar; e a improvisação, a criatividade e a antecipação são requeridas em muitos casos.

O confronto entre o profissional e o cliente — que geralmente representam universos muito distintos — causa ao mesmo tempo a erosão das certezas, os constantes deslocamentos das categorias de ‘verdadeiro’ e ‘falso’. Como o intérprete não tem outra escolha do que participar ativamente da aproximação, ele irá questionar continuamente seu próprio trabalho, suas capacidades, intervenções e escolhas. Todo um saber social também será questionado, e ele será frequentemente testemunha das dúvidas do profissional quanto à instituição que ele representa. Os elementos se desfocam, porque o sentido não pode mais advir do simples fato de pertencer a uma sociedade e ser enquadrado por uma instituição. Esses momentos podem ser verdadeiros desafios para o intérprete, que precisa se ajustar à materialização dos conflitos entre o agente e seu cliente (duas culturas, dois códigos morais); e às vezes entre as competências profissionais do agente social e a vida que os atropela. Não é raro nesses casos sentir certa agressividade em relação ao cliente: ele é aquele que abala as certezas, desestabiliza a rotina, questiona o estado das coisas. Isso pode provocar a humilhação do cliente, que se vê como totalmente outro, inferior, ignorante, julgado. E mais tarde, uma vez concluído o trabalho de interpretação, a avaliação do intérprete torna-se problemática devido à natureza complexa da intervenção. É impossível qualificar seu trabalho como bom ou ruim; as categorias eficaz/ineficaz seriam provavelmente mais pertinentes, mas esses termos também teriam que ser definidos em função de cada situação e das suas necessidades pontuais.

Como já foi dito, é impensável falar de interpretação comunitária em termos de transferência de um conteúdo semântico ou de uma mensagem, como se a informação circulasse em um conduto, passando por um canal unidirecional. O trabalho antes consiste em devolver a palavra do outro, palavra como um ato somático que serve para se dizer, para se contar, em toda sua visibilidade e audibilidade, um trabalho ao qual a consciência do intérprete se dedica totalmente. É para ele impossível separar-se dessa palavra que se torna relação ou chamado, que suscita engajamento ou reação. Isso é ainda mais evidente quando o intérprete é confrontado com uma realidade cujo sentido ainda lhe é estranho ou lhe escapa. Então, ele

---

buscará por antecipação o ponto de vista da terceira pessoa, a fim de encontrar, por ele mesmo, respostas necessárias. Como o intérprete interage com instituições, seu comportamento proativo, centrado na antecipação, levará à criação de novos públicos, deslocando fronteiras, em busca de novos pontos de contato. É por isso que o intérprete é um ponto de junção entre o real e o virtual, entre o que normalmente fazemos ou o que devemos fazer de acordo com as normas — e o que poderíamos fazer, criar, inventar, abrir.

Sem o terceiro, o diálogo se limitaria a um acordo absoluto — fusão, consenso — ou a dois monólogos, a duas vozes distintas em total divergência; a dois indivíduos surdos. Conceber o terceiro, ao contrário, é afirmar a diferença e contribuir para se aproximar do outro, sem aniquilá-lo. E o papel do terceiro é particularmente importante em contextos assimétricos — como no caso da interpretação comunitária —, porque ele é o único que torna possível a tradução do discurso marginal para o discurso dominante; caso contrário, só haveria lugar para a ordem do discurso, o saber dóxico, que não tem rosto nem fala.

No fim das contas, a interpretação social mostra a invalidade do modelo clássico de comunicação (ponto de origem — ponto de chegada), ainda que perfeitamente válido para a interpretação simultânea e para a consecutiva. Se essa atividade permanece dialógica é porque o intérprete pode influenciar o orador e o desenvolvimento do discurso. Ele participa ativamente da interação linguística e social, descontextualizando a mensagem, reinterpretando-a a partir de sua topologia, dando-lhe uma segunda versão, por vezes até ampliada por seus comentários adicionais. O intérprete não apenas traduz, mas coordena a situação de interação verbal: ele questiona, explica, persuade, consente, conforta, acusa, mente, nega, etc. Assim se constitui um lugar de troca complexa, onde, graças à presença do terceiro, ninguém é reduzido ao objeto; onde as diferentes intencionalidades entram em contato e onde o indivíduo se dá conta de pertencer a um mundo maior que seu *topos*. Mas, para construir tal lugar de troca, é necessário criar uma linguagem, uma sintaxe, modelos de comunicação capazes de estabelecer vínculos em interações plurilíngues assimétricas. Sem dúvida, a interpretação comunitária ocupa esse lugar de troca difícil e frequentemente conflituoso, que não pode mais ser negligenciado sob pretexto de fidelidade e de transparência.

O último ponto a ser destacado diz respeito às biografias dos intérpretes sociais. Antoine Berman, por se interessar pela hermenêutica, foi provavelmente o primeiro a ressaltar a importância dos fatores biográficos na atividade de tradução. Longe de ser uniforme em termos de comportamento profissional, o trabalho do intérprete social variará de acordo com

---

sua origem e atitude para com os outros participantes. Portanto, a análise dos dispositivos discursivos deveria incluir os pontos de aliança, de acordo com a origem do intérprete:

— o intérprete enquanto membro da sociedade de acolhimento (estará inclinado a defender as instituições e os valores de sua cultura. Seu ponto de aliança: o profissional, a instituição, a sociedade);

— enquanto compatriota do cliente (ele corre o risco de manipular e mentir em nome da solidariedade. Seu ponto de aliança: o cliente);

— não sendo nem um nem outro, o que não significa neutralidade (dependendo de sua origem e da origem do cliente, o intérprete corre o risco de mostrar hostilidade para com o cliente, caso haja uma injustiça histórica entre eles. Seu ponto de aliança: o profissional/agente que representa o país de acolhimento ou a solidariedade com seu país de origem).

Tanto o terceiro como destinatário distante, quanto o terceiro que intervém no diálogo no ponto zero, como ainda o terceiro como ouvinte invisível (juiz e testemunha) — todos testemunham um excedente extraverbal e extrassocial que age sobre a intervenção no meio social, intervenção prontamente plural (língua, cultura, memória, história). O terceiro é comumente identificado com a força reguladora que seria exclusivamente de ordem social, impondo assim certo comportamento, valores compartilhados pela comunidade, enquanto a própria prática nos mostra que a interpretação comunitária encena uma interação muito mais complexa, na qual são investidas forças e motivações às vezes pouco perceptíveis, até mesmo obscuras.

Teorizar a interpretação comunitária serve precisamente para tornar essa prática profissional um pouco mais clara. Aparentada tanto com a tradução quanto com a interpretação, a interpretação comunitária constitui também um novo desafio. Em primeiro lugar, como campo emergente de reflexão, ela provoca reformulações no campo dos estudos da tradução e questiona um saber já adquirido; como modo de interpretação marginal, ela requer uma pesquisa aprofundada do próprio processo, ainda pouco estudado; como prática, ela levanta questões de natureza profissional que deveriam definir a formação ideal, o *status* do intérprete, assim como a ética<sup>18</sup>. Se o escândalo da tradução — nas palavras de Venuti — é sua marginalização generalizada, explorar sua própria periferia, e acima de tudo seus próprios bloqueios epistemológicos, poderia revelar-se altamente produtivo, tanto para a tradução quanto para a interpretação; tanto para a teoria quanto para a prática.

**Universidade de Montreal**

---

## REFERÊNCIAS

- Bakhtine, M. (1970). *Poétique de Dostoïevski* (Isabelle Kolitcheff, Trad.). Seuil.
- Bakhtine, M. (1984). *Esthétique de la création verbale* (Alfreda Aucouturier, Trad.). Gallimard.
- Bakhtine, M. (1992). « Notes de Poumpianskij ». *Bakhtine comme philosophe* (pp. 221–252). Naouka.
- Fish, S. (1980). *Is There a Text in This Class? The Authority of Interpretative Communities*. Harvard University Press.
- Gentile, A., Ozolins, U., & Vasilakakos, M. (1996). *Liaison Interpreting. A Handbook*. Melbourne University Press.
- Gile, D. (1995). *Regards sur la recherche en interprétation de conférence*. Presses Universitaires de Lille.
- Lytard, F. (1979). *La condition postmoderne. Rapport sur le savoir*. Les Éditions de Minuit.
- Maingueneau, D. (1991). *L'analyse du discours. Introduction aux lectures de l'archive*. Hachette.
- 14 Schöffner, C. (2004). *Translation, Research and Interpreting Research. Traditions, Gaps and Synergies*. Multilingual Matters Ltd.

---

<sup>1</sup> O texto foi publicado originalmente em francês com o título “L’interprétation communautaire: un modèle de communication ‘trialogique’” na revista TTR em 2005: <https://www.erudit.org/fr/revues/ttr/2005-v18-n2-ttr1679/015771ar/>

A tradução para o português do Brasil e sua publicação foram autorizadas pela autora Aurelia Klimkiewicz, bem como pela Profa. Dra. Gillian Lane-Mercier, editora-chefe da revista TTR, em 09 de janeiro de 2021.

<sup>2</sup> “Discours de haut niveau formel et conceptuel dans une autre langue, dans son intégralité et en respectant le même niveau du discours.”

<sup>3</sup> Os intérpretes sociais também trabalham remotamente (por telefone, videoconferência, etc.). Portanto, sua visibilidade ou invisibilidade varia de um contexto de trabalho a outro.

<sup>4</sup> “O papel é uma construção das ciências sociais, usado para explicar o comportamento e examinar as atitudes entre pelo menos dois atores em uma situação social” (p. 30). Ver o capítulo 3, The Role of the Interpreter. In A. Gentile, U. Ozolins & M. Vasilakakos, *Liaison Interpreting: A Handbook* (pp. 30–40), 1996.

<sup>5</sup> “Il existe, dans l’abstrait, la *position du troisième* qu’on identifie à la « position objective » en tant que telle, à la « connaissance scientifique ». La position du troisième est entièrement justifiée là où un individu peut se mettre à la place d’un autre individu, là où les individus sont absolument interchangeables, ce qui est possible et fondé seulement dans le cas où l’on cherche une solution à des problèmes qui ne sollicitent pas la personne dans sa totalité et sa non-reproductibilité, autrement dit, là où l’homme se spécialise, exprimant seulement une partie détachée de son tout, de sa personne, là où sa qualité d’ « ingénieur », de « physicien », etc., sera substituée à son *moi*.” (Bakhtine, 1984, p. 364).

<sup>6</sup> “Joue un rôle d’un Autre qui serait à la fois un pair et un père, double idéal de l’énonciateur. Mais la relation à ce double variera en fonction de la position que l’on pense occuper dans le champ, du crédit que l’on pense y posséder en raison de sa trajectoire passée et de ses anticipations de carrière. Car l’article scientifique n’est pas un simple vecteur d’idées, il permet de conforter ou d’infléchir dans un certain sens la position que l’on occupe” (Maingueneau, 1991, p. 194).

---

<sup>7</sup> “[L]a vérité de l’énoncé et la compétence de l’énonciateur sont . . . soumises à l’assentiment de la collectivité des égaux en compétence.”

<sup>8</sup> Embora nosso artigo tenha um caráter teórico, a reflexão é parte da experiência profissional que nos levou a trabalhar em diferentes contextos: campo de refugiados políticos na Itália, Consulado Canadense em Roma, escolas do Quebec, serviços de imigração, etc.

<sup>9</sup> Definição de Askoldov, citada por Bakhtin: “se distingue . . . par sa liberté intérieure exceptionnelle, sa parfaite indépendance à l’égard du milieu ambiant” (1970, p. 39, tradução nossa).

<sup>10</sup> “Un auteur ne peut jamais s’en remettre tout entier, et livrer toute sa production verbale à la seule volonté absolue et *définitive* de destinataires actuels ou proches (on sait que même les descendants les plus proches peuvent se tromper), et toujours il présuppose (avec une conscience plus ou moins grande) quelque instance de compréhension responsive qui peut être différée dans des directions variées. Tout dialogue se déroule, dirait-on, en présence du troisième, invisible, doté d’une compréhension responsive, et qui se situe au-dessus de tous les participants du dialogue (les partenaires) . . .”

<sup>11</sup> “Le contexte dialogique réel . . . accessible mais où nul contact de sens entre les répliques n’est possible (ou imaginable). Le degré zéro du rapport dialogique. C’est là qu’apparaît clairement le point de vue du *troisième* dans le dialogue (de celui qui ne participe pas au dialogue mais qui le *comprend*). La compréhension du tout de l’énoncé est toujours dialogique.”

<sup>12</sup> “[C]omprendre c’est, nécessairement, devenir le *troisième* dans le dialogue.”

<sup>13</sup> “Un sur-homme, un *sur-moi*, autrement dit, un juge et témoin de *tout* l’homme (de tout le *moi*), par conséquent, non plus un homme, un *moi*, mais *l’autre*. Ma propre réfraction en un autre empirique au travers duquel il me faut passer pour déboucher sur le *moi-pour-moi* (ce *moi-pour-moi* peut-il être solitaire ?). L’absolue liberté de ce *moi*.”

<sup>14</sup> “Déterminé par le mot réfléchi d’un “étranger”.

<sup>15</sup> “Le héros se juge en fonction de l’idée qu’il se fait d’autrui et de l’opinion sur soi qu’il lui suppose. La conscience de soi est sans cesse doublée par la conscience qu’en a autrui ; le « moi pour moi-même » se réfère constamment au « moi pour les autres ». C’est pourquoi le mot du héros sur lui-même se construit sous l’influence incessante du mot d’autrui à son sujet.” (Bakhtin, p. 269).

<sup>16</sup> Obra conhecida no Brasil como *Uma Criatura Dócil*.

<sup>17</sup> Citado por Bakhtin (1984, p. 306, nota 1, tradução nossa): “Tantôt l’homme se parle à lui-même, tantôt il s’adresse à quelque auditeur invisible, à un juge.”

<sup>18</sup> Ressaltamos um excelente trabalho coletivo, no qual os autores levantam justamente estas questões: *Translation, Research and Interpreting Research Traditions, Gaps and Synergies*, organizado por Christina Schäffner. No capítulo 11, assinado por F. Pöchnacker, discute-se a importância que deve ser dada à teorização da interpretação comunitária: “a necessidade de uma atitude de aceitação em relação às contribuições teóricas, sejam elas rotuladas como especulação, reflexão, introspecção, modelagem, hipotetização ou teorização, surge especialmente para SI como um campo jovem enraizado na prática profissional e que cresce fora dela” (p. 106, tradução nossa).